

## ENTREVISTA DA PROFa. LIGIA CHIAPPINI À LINHA D'ÁGUA

**Linha d'Água (L. D.)** – A revista Linha d'Água completou 18 anos, totalizando 12 números publicados e com cerca de 350 assinantes em 1998. Como fundadora, esses dados surpreendem ou você já previa esse sucesso? Como ocorreu a feliz idéia de fundar a revista Linha d'Água?

**Lígia Chiappini (L.C.)** – A Revista foi decorrência natural da Associação e do objetivo de favorecer a integração entre os professores dos três graus de ensino. A revista, na verdade, nasceu em 1979, pois em 1978 o que foi feito foi apenas uma espécie de boletim com o resumo das comunicações do Primeiro Encontro. A primeira fase da Linha d'Água, bem como o seu próprio nome, deve-se sobretudo ao trabalho da Profa. Dra. Tereza Pires Vara, primeira presidente da Associação, que coordenou com um pequeno grupo de professores de primeiro e segundo graus o primeiro e o segundo números. Nesse tempo era presidente da APLL a Profa. Dra. Suzi Sperber e eu era vice. Posteriormente, a Professora Beatriz Citelli, mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada, encarregou-se da Revista e mudou-lhe a feição no terceiro número. É um número de capa azul clara, em formato maior que as anteriores e as posteriores e que traz, entre outras inovações, uma entrevista com Ferreira Gullar. A partir do quarto número, durante minha gestão como presidente e, depois, minha gestão como editora da revista, mudamos a capa e todo o projeto, contando com a colaboração da artista plástica Vera Sandroni (autora do projeto que existe até hoje) e com o empenho de vários professores, entre eles, Jorge Miguel Marinho, Neide Rezende e Iná Camargo Costa. Na gestão da Profa. Dra. Regina Lúcia Pontieri, a revista e a Associação continuaram contando com o trabalho dessas pessoas e muitas outras, entre as quais destacaria o nome da Profa. Dra. Claudia Arruda Campos e da Profª. Nanami Sato. A APLL sempre foi uma Associação regida à custa do sobretrabalho de muitas pessoas e, diferentemente daquelas Associações que se vinculam mais direta e exclusivamente ao nível universitário e que surgiram depois dela (como ANPOLL e ABRALIC, por exemplo), não tem um status que compense esse sobretrabalho com prestígio e relacionamentos úteis ao progresso de seus presidentes na carreira universitária. Por isso sofreu várias crises,

sobretudo em época de sucessão, sendo ameaçada de extinção. Porém alguns sócios históricos, entre os quais me incluo, sempre batalharam pela sua sobrevivência, julgando que essas novas associações de caráter mais universitário e voltadas para a pesquisa acadêmica, se necessárias e importantes, não a substituem, pois a APLL continua sendo um dos raros espaços que os professores dos três graus de ensino dispõem para intercambiar suas pesquisas e práticas pedagógicas no campo dos estudos do texto, literários ou não. Continuo achando que manter esse canal aberto (a Associação e sua revista) é importante tanto para os professores de terceiro grau que, através dele, podem desenvolver e divulgar pesquisas de caráter aplicado ao ensino, quanto para os professores de primeiro e segundo grau que podem se beneficiar de um trabalho de investigação e divulgação científica feito pelos universitários mas dele podem participar diretamente (enquanto membros de equipes, como é o caso do programa que coordeno junto ao Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, o EFES, onde há vários professores bolsistas de aperfeiçoamento ou pós-graduandos) ou indiretamente, como leitores de *Linha d'Água*, mas também, eventualmente, como colaboradores da Revista, seja escrevendo para sua seção "Diário de Classe", seja participando da sua gestão. Mas, se conto toda esta história das crises é para chegar ao momento presente e ressaltar o trabalho da Profa. Dra. Norma Seltzer Goldstein que, depois da última crise, resolveu coordenar a revista e conseguiu trazê-la, com auxílio de várias pessoas, entre as quais Otacília Rodrigues de Freitas, Maria Elena Ortega Ortiz Assunção, Maria Lúcia da Cunha V. de O. Andrade, Guaraciaba Micheletti, Maria Valéria Aderson de Mello Vargas, Marli Quadros Leite, Beatriz Citelli, Guiomar Fanganiello Calçada, à situação em que se encontra hoje, com uma produção e uma distribuição mais regular, graças também ao apoio do setor de publicações da Faculdade de Filosofia e à modernização nele operada pelo Prof. Dr. Francis Aubert. Talvez eu tenha esquecido de nomear mais algumas pessoas responsáveis por esse trabalho de resistência e, em alguns aspectos, eterno recomeço, eventual falha de memória pela qual peço desculpas, mas o importante é mostrar que muita gente está por trás desse trabalho e dizer que os resultados que vocês me trazem, hoje, quantificado em número de revista e número de anos não me surpreendem mas me alegram. Visto em conjunto, pode-se fazer um balanço altamente positivo, pois se a revista, em princípio, havia sido planejada para ser anual, sendo os encontros da APLL um momento privilegiado para divulgá-la, vendê-la e projetá-la em novos números, já que esse encontros também, desde 1987 passaram a ser bienais, a existência de 12 números em 20 anos, considerando todas as dificuldades das quais aqui dei apenas uma pequena amostra, representa uma grande vitória.

**L.D.** – A academia tem conseguido encaminhar satisfatoriamente as pesquisas de ensino fundamental e médio? A rede pública tem aproveitado satisfatoriamente as pesquisas realizadas pela Universidade? O que podemos fazer para aprimorar o diálogo entre a academia e a rede pública de ensino fundamental e médio?

**L.C.** – A academia tem encaminhado razoavelmente as pesquisas relativas ao primeiro e segundo graus. No espaço mais diretamente destinado a elas, a Faculdade de Educação, isso tem sido feito com competência crescente, na medida em que se desenvolveram os programas de pós-graduação dessa Faculdade, especialmente na área de prática de ensino. Mas, mesmo nas outras Unidades, há pesquisas específicas vinculadas às diferentes áreas de conhecimento. Isso acontece não só em Letras, Linguística e Línguas Estrangeiras, mas também em Artes, Comunicações, Física, Química, Matemática, Educação Física e Ciências Biológicas, para citar pelo menos aquilo que tive oportunidade de conhecer. Em 1986, por iniciativa do EFES, fizemos um Seminário intitulado "Reinventando o Diálogo: Ciências e Humanidades na Formação do Professor", cujas atas, com as comunicações e os debates, foram publicadas, sob o mesmo título, pela Editora Brasiliense. Aí já se evidenciavam hipóteses, problemas e resultados dessas pesquisas em diferentes áreas. De lá para cá isso só se desenvolveu e vários livros foram publicados, inclusive alguns pela própria Edusp, como a série sobre ensino de Física. Ou seja, esse trabalho que nasceu em geral dentro de associações, como a APLL na nossa área, foi sendo aos poucos assimilado pela Universidade que abriu espaços e, em alguns momentos, até o incentivou. Mas ele continua sendo problemático dentro dela, já que muitas vezes contradiz prioridades consideradas mais tipicamente universitárias. Assim, já houve casos em que, enquanto a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura nos incentivava ao trabalho que venho denominando de pesquisa aplicada ao ensino ou formação-pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa ameaçava punir os professores que, dedicados a isso, não tiveram tempo de desenvolver concomitantemente um trabalho de pesquisa considerada básica. Além disso, a Universidade ainda não tem mecanismos de avaliar devidamente esse trabalho que exige muito mais dos docentes do que a pesquisa acadêmica, da área básica e uma agilidade, uma sensibilidade, uma disponibilidade especiais para manter-se informado sobre os problemas do primeiro e segundo graus, aprender a lidar com as teorias educacionais e comunicacionais, além de desenvolver a paciência necessária ao diálogo nem sempre fácil e muitas vezes tenso com os colegas de primeiro e segundo graus e, sobretudo, com as autoridades responsáveis pelas diversas instituições que medeiam esse diálogo. Ou seja, muito tempo e energia investidos com retorno sempre muito inse-

guro, dadas as flutuações da política educacional, se é que podemos dizer que existe uma neste país. Finalmente, outra dificuldade é que nesse tipo de pesquisa, o professor universitário não pode prescindir do auxílio desses colegas. Trata-se de uma pesquisa de equipe e, dessas equipes, devem constar pesquisadores que tenham a experiência viva do ensino, principalmente na escola pública. No entanto, o sistema de bolsas para aperfeiçoamento, que seria o nível mais apropriado ao caso, não permite, no caso do CNPq, a admissão de professores com experiência, já que supõe um limite de idade e um prazo de no máximo dois anos em relação ao término da graduação. No caso da FAPESP, a modalidade "Aperfeiçoamento", segundo uma resposta obtida pelo EFES a duas de suas solicitações no âmbito de um Projeto Temático aprovado pela própria FAPESP, destina-se àqueles alunos que preparam um projeto de mestrado. Ora, isso até pode acontecer no processo de trabalho dessas equipes e o trabalho no EFES o comprova, pois daí saíram muitos professores que resolveram continuar pesquisando num mestrado, mas isso não pode ser regra geral nem inviabilizar a cooperação dos professores experientes num projeto de equipe. O mestrado é uma pesquisa individual e voltada para a carreira universitária. O trabalho de formação-pesquisa visa, sobretudo, ao aperfeiçoamento do pessoal e da qualidade do ensino público de primeiro e segundo graus. Quanto à quarta questão, para olharmos o outro lado, pode-se dizer que a rede pública é algo muito complexo. Algumas administrações têm tentado um diálogo mais sistemático com a Universidade e outras, ainda mais raras, tentam dar condições aos professores das escolas para que esse diálogo realmente se efetive. A maioria das pesquisas estão publicadas e circulam nas secretarias de educação, nas bibliotecas, nas escolas. Volta e meia, resultados parciais e bibliografia daí decorrentes se incorporam em subsídios curriculares que chegam às escolas, mas isso se faz em geral de modo fragmentário, sem muito respeito nem pelos pesquisadores nem pelos professores que deveriam beneficiar-se dessas pesquisas, mas que as recebem como receitas esquemáticas, sem ter acesso muitas vezes às suas bases teóricas ou sequer à bibliografia fundamental. Quando isso ocorre de modo mais conseqüente e orgânico, temos um trabalho como o que foi feito com a Prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina. Desse trabalho, no início, participaram mais de 100 pesquisadores universitários de todas as áreas (da USP, PUC e UNICAMP). As dificuldades de percurso, tanto do lado da Universidade (que, apesar de ter um convênio com a Prefeitura não facilitou em quase nada a participação dos seus docentes, a qual em algumas unidades se dava com risco para estes à revelia dos diretores e chefes de departamento), quanto do lado da rede pública (pragmatismo exacerbado,

pressão, ativismo e uma série de problemas outros que já foram analisados<sup>1</sup>. E não foram poucas, mas tratou-se de um trabalho sério que mostrou um caminho viável para a melhoria do ensino público com a participação da Universidade como parceira de uma política educacional democrática e competente. Esse trabalho mostrou que era possível essa colaboração circular das instâncias burocráticas até o professor em sala de aula, incentivando e apoiando esse professor para realizar profundas mudanças em sua prática e em sua formação. Mas infelizmente a Universidade que era uma parceira oficial através do convênio, nem assim conseguiu (eu diria que nem sequer tentou enquanto Instituição) defender esse trabalho quando ele foi irresponsavelmente destruído pelo Prefeito Paulo Maluf e seus seguidores. Os professores universitários que haviam resistido a todas as dificuldades e trabalhado nisso até o final da gestão de Luiza Erundina ficaram desamparados e só puderam esboçar reações individuais isoladas, entre outras coisas denunciando a irresponsabilidade tanto da Prefeitura quanto da Universidade, o que volto a fazer aqui veementemente.

**L.D.** – De que maneira as novas tecnologias podem contribuir para estreitar o diálogo entre a academia e a rede pública de ensino fundamental e médio?

**L.C.** – As novas tecnologias (das não tão novas como o gravador e o vídeo às novíssimas como o computador e a Internet) são inegavelmente úteis à educação, se bem utilizadas. E, no diálogo entre Universidade e Escola de primeiro e segundo graus, também podem possibilitar maior agilidade na comunicação e na divulgação das pesquisas, bem como, até, a participação dos professores como membros das equipes de trabalho interinstitucionais de forma bem mais barata e até mesmo mais eficiente (se pensarmos nas possibilidades abertas pela Internet). Ocorre que, para tudo isso existir de fato não basta dotar as escolas de computadores último tipo, como Paulo Maluf alardeou ter feito, pois se os professores não tiverem nem tempo nem condições materiais e morais mínimas de trabalho não conseguirão utilizar esses novos meios. Mas é mais fácil investir em objetos do que em educadores. Alfredo Bosi já teve oportunidade de denunciar esse equívoco em artigo relativa-

<sup>1</sup> Veja-se o artigo escrito por mim, por Marcela Evaristo e José Luiz Miranda sobre essa experiência, publicado em *Educação Cultural e Democracia*, São Paulo: Cortez (coord. de Antonio Faúndes), 1994. E o livro, coordenado pela Profa. Dra. Nidia Pontuschka, publicado pela Loyola em 1993. Aí se fazem balanços a várias vezes dessa colaboração entre Universidade e Rede Pública com Paulo Freire à testa da Secretaria Municipal de Educação.

mente recente. Eu concordo com ele, sem pagar bem o professor e sem investir na sua formação continuada, sem criar um ambiente estimulante na escola de curiosidade e debate intelectual e pedagógico nada disso adianta. Só mascara a nossa miséria e ignorância.

**L.D.** – No campo da Teoria Literária e Literatura Comparada quais são as tendências em questão hoje?

**L.C.** – Hoje há um panorama muito variado na Teoria Literária e na Literatura Comparada no Brasil. Tão variado que ainda temos dificuldade para falar das principais tendências, mesmo porque a produção é grande e diversificada e é difícil ler tudo para ter uma visão de conjunto. Do que tenho lido e ouvido, posso dizer que minha impressão é, por um lado, de uma riqueza muito grande e, ao mesmo tempo, de uma certa monotonia na repetição de modismos que nos vêm, hoje, sobretudo dos Estados Unidos, mas que sempre foram uma das marcas da nossa produção cultural, antes com o predomínio da influência francesa, agora, americana. A teoria literária tende a diluir-se em disciplinas mais gerais tais como a História, a Filosofia, a Psicanálise, a Sociologia, a Linguística, principalmente na chamada análise do discurso. Isso, se por um lado significa uma abertura dos literatos para áreas do saber com que a literatura sempre dialogou e, se em muitos casos revela uma volta do interesse pela história e pelos valores que enformam os textos literários, o que as abordagens estruturais e formalistas deixaram entre parênteses por longo tempo, se, finalmente, essa abertura põe em foco a questão da diferença e das chamadas minorias, por outro lado pode significar um empobrecimento quando, ao se reagir contra a tradição formalista, joga-se fora a criança com a água do banho e se perde de vista a especificidade da arte e da literatura enquanto arte, bem como a especificidade do trabalho dos especialistas da área para confundir tudo numa abordagem generalizante em que, muitas vezes, sob a terminologia nova emprestada das várias ciências humanas, repetem-se leituras estreitas e ideológicas que simplificam os textos e os contextos em nome do politicamente correto ou quando se reivindica a subversão de uma literatura canônica com a boa fé de introduzir no cânone uma literatura marginal a ele sem discutir os critérios propriamente estéticos que, além dos institucionais, sociais e econômicos, presidem a formação dos cânones em arte e em literatura.

**L.D.** – Como estão os estudos sobre a leitura e a apropriação literária nas universidades? É possível afirmar hoje a autonomia do discurso literário?

**L.C.** – Quanto a essa questão, eu diria que os estudos sobre leitura e apropriação literária nas universidades são ainda insuficientes, mas já têm dado bons resulta-

dos. Um exemplo recente e notável que, aliás, mereceu um prêmio, foi o livro de Marisa Lajolo e Regina Zilbermann intitulado “A Formação da Leitura no Brasil”, que representa um esforço sério de apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa que já dura alguns anos. Mesmo que lacunar, fazendo-nos esperar às vezes mais do que pode oferecer, esse livro apresenta uma pesquisa pioneira que tenta trabalhar simultaneamente com os dados da pesquisa sociológica (quem, quando, por que preço produzia, vendia, lia o que, por exemplo) a uma análise interna de obras importantes da nossa literatura do ponto de vista da leitura que elas encenam. Para mim a contestação hoje da autonomia da obra literária e a reivindicação da literatura como documento (o que é feito por muitos historiadores mas também por estudiosos da literatura) é um falso problema, já que sempre entendi com Antonio Candido e uma tradição da hermenêutica que o inspira (onde se insere a obra de Auerbach, por exemplo) que a autonomia da obra literária é relativa e que ela é autônoma mas dependente, sendo movida por, e movendo ela própria, valores e imagens da vida social e psíquica. Por outro lado, não levar em conta essa autonomia é o que possibilita cair naqueles esquematismos a que aludi acima, acusando, por exemplo, certos textos (e, por extensão, seus autores) de racistas ou machistas, quando, na verdade, não se soube ler com a necessária atenção os processos dialógicos que um texto instaura entre suas várias instâncias ficcionais ou quando não se captaram certos recursos entre os quais a ironia que se tem revelado uma das principais armadilhas para os leitores apressados ou demasiado pragmáticos dos textos literários.

**L.D.** – Como você vê a relação entre a globalização neoliberal e as produções literárias locais?

**L.C.** – Esta é uma pergunta difícil, pois ainda estamos tentando entender econômica e culturalmente o que significam esses rótulos de que se tem usado e abusado: globalização e neoliberalismo. O que tenho percebido na vivência dentro e fora do Brasil é o que para muitos já está claro: globalização na economia ou nas comunicações não significa necessariamente globalização na cultura, pelo contrário, pode provocar, como reação, o acirramento de diferenças regionais e particularismos até xenófobos. O que, no caso da literatura brasileira também fica evidente, é a maior facilidade com que ela pode circular hoje pelo desenvolvimento do mercado editorial mundial e de traduções. A figura do agente literário, muitas vezes também professor e tradutor é uma novidade que há a considerar a partir sobretudo do final dos anos 80. Isso, porém, ao mesmo tempo em que pode de certo modo “globalizar”

Machado de Assis ou Clarice Lispector e, até, embora com mais dificuldade, Guimarães Rosa, pode servir à popularização de uma literatura de segundo time, apresada e sensacionalista, mas que oferece a dose certa de exotismo que o estrangeiro espera dos escritores de um país tropical, e que acaba sendo mais prestigiada fora do País do que internamente. Eu diria, até, que no Brasil tal literatura chega a ser incompreendida pela crítica que a desdenha sem dignar-se a estudá-la, ignorando o fenômeno de sua popularização. Isso vale para os best-sellers como Paulo Coelho mas vale também para outros autores que ocupam uma zona fronteira entre a chamada alta literatura e a literatura de entretenimento.

**L.D.** – Qual é a presença da literatura brasileira na Alemanha?

**L.C.** – A presença da literatura brasileira na Alemanha pode-se dizer que é grande, do ponto de vista das traduções. Há muita coisa nossa traduzida aqui e um público relativamente numeroso, se comparado com outros países da Europa, interessado em literatura brasileira. Há muita coisa ruim traduzida, conforme disse acima, mas há também muita coisa boa. Sobre tudo há ótimos tradutores que muitas vezes melhoram com o seu trabalho de intérpretes o original escrito em português. Institucionalmente a presença da literatura brasileira também é muito expressiva. A Alemanha é um dos raros lugares da Europa (e eu diria que em relação aos Estados Unidos isso também é uma exceção) a ter em uma Universidade de prestígio, como é o caso da Freie Universität de Berlim, uma cátedra de Literatura Brasileira. E, onde não há isso, há muitos cursos e muitos alunos interessados em nossa literatura e cultura. Aqui foi um dos primeiros lugares a se criar um Instituto ligado ao consulado mas autônomo de Cultura Brasileira, como o ICBRA (Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha) que tem realizado uma série de atividades não apenas com a literatura mas também com artes plásticas, teatro, fotografia, cinema, dança e música, mas onde a poesia e a ficção têm um grande espaço com um público permanente e interessado. Há aqui uma associação de latinoamericanistas alemães que tem um grupo dedicado aos estudos de Brasil, onde muitos trabalham com a literatura. Em geral esses brasilianistas conhecem muito nossa realidade física, social e cultural. São bastante informados mas, sobretudo, em geral, são sensíveis às nossas especificidades, o que nem sempre ocorre com os brasilianistas norte-americanos, por exemplo. Os alemães têm em geral uma grande abertura para as culturas de outros países, mas sabem também guardar a distância do seu olhar de origem e isso nos ajuda a entender melhor a nossa própria cultura e a nossa literatura dentro dela.

**L.D.** – Em tempos de Mercosul, o que você espera do intercâmbio de políticas culturais entre países notoriamente tão diversos?

**L.C.** – Não sei muito bem o que esperar do intercâmbio de políticas culturais em tempos de Mercosul. Acho que elas podem dar em nada, mas também é possível que algo de positivo nos venha daí no que diz respeito a projetos editoriais e de circulação do livro entre o Brasil e os países da América Hispânica. Também é possível que se incrementem as relações mais diretas entre intelectuais brasileiros e hispano-americanos, que até o hoje foram sempre mediadas pela Europa ou pelos Estados Unidos onde nos encontrávamos por acaso. É possível que tal contato nos ajude a vencer desconhecimentos e preconceitos mútuos. Nesse sentido acho interessante certas iniciativas editoriais, como uma de que tem participado uma orientanda de doutorado minha, Glória Kirinus, de editar livros para crianças em espanhol e em português. Quem sabe, através das novas gerações se consiga derrubar de vez a linha de Tordesilhas.

**L.D.** – Você acha que os cursos de Letras de nossas universidades vêm preparando convenientemente seus alunos para a atuação docente nos três graus de ensino? Você proporia alguma mudança para melhorar esse quadro?

**L.C.** – Não acho que os cursos de Letras preparem as pessoas para atuação docente em nenhum grau de ensino, simplesmente porque na Universidade não há espaço para se pensar o ensino (fora da Faculdade de Educação). Já propus que se introduzissem disciplinas que criassem esse espaço internamente ao curso de Letras e que estas se articulassem com a Faculdade de Educação para que fossem reconhecidas como eventuais complementares da licenciatura. Seriam uma espécie de ponte entre o bacharelado e a licenciatura. Isso está proposto teoricamente, escrito e publicado em vários lugares, inclusive faz parte das propostas encaminhadas para o chamado Projeto Acadêmico da Faculdade de Filosofia, por mim e vários colegas dessa Faculdade e da Faculdade de Educação, mas continua ignorado. Eu mesma fiz a experiência durante dois anos, com auxílio de uma doutoranda de então, a hoje Dra. Maria Helena de Souza Martins a quem gostaria de agradecer aqui e cujo trabalho exemplar quero reconhecer publicamente, criando o curso optativo de ensino-aprendizagem da literatura. Isso foi feito em 88 e 89 com grande sucesso e muita procura de alunos da manhã e da noite. Há um dossiê sobre isso no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada e um relato publicado nas atas de um seminário realizado pela Faculdade de Educação por iniciativa da então diretora dessa Faculdade e atual vice-reitora da USP, Profa. Dra. Myriam Krasilchik. Desses cursos saíram vários estudantes que continuaram a trabalhar em projetos do EFES e, alguns deles estão hoje fazendo mestrado. Mas, infelizmente, a falta de

docentes nos fez cancelar a iniciativa que talvez nunca mais seja retomada. Acho que o curso de Letras ao instaurar um novo vestibular e um primeiro ano básico avança na qualidade dos seus cursos, mas ainda acho que temos um currículo muito escolar e sobrecarregado, como sempre dizia o Prof. Cavalcante em nossas antigas discussões sobre reforma curricular. Nesse sentido, talvez fosse bom criar algo que existe na Universidade Livre de Berlim, a possibilidade de o aluno escolher um certo número de créditos que ele vai fazer com nota e apresentação de trabalho escrito e outros que ele vai fazer apenas participando de um seminário, apresentando algum trabalho oral mas, por vários motivos ligados às suas opções individuais, não vai priorizar. Isso aliviaria o trabalho de todos e teríamos trabalhos melhores para corrigir, pois só escreveriam aqueles que estivessem dispostos a dedicar-se mais a determinado assunto. Os outros teriam algumas informações, bibliografia, uma orientação geral para se, no futuro, quisessem voltar ao assunto, poderem buscar informações por conta própria ou em novos cursos a privilegiar.

**L.D.** – Qual é a sua opinião quanto ao uso e à adequação do livro didático?

**L.C.** – Não sou contra o livro didático. Sou contra o mau livro didático, errado, mal feito, mera mercadoria a ser impingida aos professores e alunos desinformados. Sou contra o monopólio do livro didático e a substituição de professores autônomos e bem formados por um manual que lhe vende a ilusão, e aos pais e alunos, de trazer o saber ao alcance da mão. Já evoluímos um pouco nesse assunto, com o trabalho de análise crítica que veio sendo feito dos livros didáticos de péssima qualidade e sua divulgação nas escolas. Mas haveria que criar condições (de novo o problema é a situação do professor) para que os educadores pudessem escolher e produzir crítica e criativamente seus instrumentos de trabalho, entre eles o material a ler, analisar e interpretar com seus alunos. Os professores têm solicitado um material de melhor qualidade, que não se reduza a apresentar receitas fechadas, que não sonegue suas bases teóricas, porque eles sabem que ainda é muito pobre o que o mercado editorial lhes oferece. O projeto “A circulação dos textos na escola” que o EFES executou e a segunda fase em que vem trabalhando procura atender a essa solicitação. Projetos desse tipo deveriam contar com mais apoio dentro e fora da Universidade e os professores que deles participassem como pesquisadores ou leitores-usuários-co-autores críticos deveriam ter em suas escolas mecanismos de apoio e valorização desse trabalho. Estamos longe de poder contar com isso. A iniciativa da FAPESP de financiar projetos da Universidade com Escolas Públicas vai nessa direção mas precisa ser aperfeiçoada pois ainda investe mais em coisas do que em

gente. Por exemplo, não prevê nenhum apoio aos professores universitários que trabalham em programas desse tipo.

**L.D.** – Que mensagem você daria aos leitores da Linha d'Água?

**L.C.** – Minha mensagem aos leitores de Linha d'Água é, em primeiro lugar, obrigada por me lerem nesta já longa entrevista. Em segundo lugar, que continuem participando da revista não apenas como leitores mas como autores. Para os universitários porque é um espaço para divulgar suas pesquisas, principalmente aquelas que podem interessar aos professores de primeiro e segundo grau e para testar sua linguagem e suas idéias junto a um público não acadêmico do qual podem receber um retorno nem sempre esperado e, às vezes, surpreendente. Para os professores de primeiro e segundo grau, principalmente na seção “Diário da classe”, porque é um espaço que lhes permite refletir sobre suas práticas, trazendo à luz a teoria que as informa e da qual nem sempre eles próprios estão conscientes.